(Da Sra. Deputada Tabata Amaral)

Dispõe sobre o substitutivo do Dep. Marco Bertaiolli ao PL nº 6461 de 2019, que dispõe sobre a aprendizagem profissional.

Acresça o parágrafo 10° à redação dada ao Artigo 430 do Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, pelo art. 3° do substitutivo do Dep. Marco Bertaiolli ao PL n° 6461 de 2019.

Art. 430

(...)

§ 10 O disposto no §1°, III e no § 8° do presente artigo não se aplica às entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas nos incisos I e I-A.

JUSTIFICAÇÃO

As exigências de infraestrutura e de acessibilidade impostas às entidades qualificadoras de programas de aprendizagem no art. 430, §1°, I e II são positivas, por assegurar condições para que os aprendizes tenham uma formação profissional de qualidade, bem como os direitos dos aprendizes que sejam pessoas com deficiência. No entanto, o inciso III do §1° do art. 430 traz outras exigências, relativas à avaliação e às equipes das entidades qualificadoras, que se mostram excessivas às entidades públicas previstas nos incisos I e I-A do caput do art. 430.

O mesmo art. 430 prevê, em seu §8º, a possibilidade de suspensão das entidades qualificadas pela fiscalização do trabalho em caso de inadequação ao disposto na lei, o que seria excessivo se aplicado às escolas.

Sugerimos que tanto o §1°, III quanto o §8° do art. 430 não sejam entidades públicas previstas nos incisos I e I-A do caput do art. 430, por meio da inclusão do §10 que preveja a exclusão.

Sala das Sessões, .





